

## **RESOLUÇÃO Nº 137**

*de 09 de setembro de 2025*

**Regulamenta a Lei Ordinária Municipal n 1.503, de 16 de fevereiro de 2011, estabelecendo procedimentos para o pagamento de verbas indenizatórias relacionadas ao exercício parlamentar, define as atribuições da Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares, e d outras providências.**

*A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Coxim-MS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, prope o seguinte Projeto de Resolução*

### **Capítulo I.**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Art. 1º.**

*O valor da verba indenizatória destinada à manutenção das atividades de gabinete e ações parlamentares de cada vereador será de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais, conforme regulamentação desta Resolução.*

##### **Art. 2º.**

*As despesas realizadas com base na Lei Ordinária Municipal nº 1.503/2011 serão ressarcidas mediante comprovação documental, conforme os critérios estabelecidos nesta Resolução.*

### **Capítulo II.**

#### **PROCEDIMENTOS PARA RESSARCIMENTO**

### **Art. 3º.**

*O pedido de reembolso deverá ser realizado por meio de requerimento padrão, conforme modelo disponibilizado no Anexo Único, contendo: - informações detalhadas sobre a despesa; - declaração do vereador atestando a veracidade e autenticidade da documentação apresentada.*

### **Art. 4º.**

*A Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares terá o prazo de 3 (três) dias úteis para analisar os pedidos de reembolso e emitir parecer, aprovando ou rejeitando os documentos apresentados.*

### **Parágrafo único. .**

*As notas fiscais e documentos comprobatórios deverão ser entregues até o dia 12 de cada mês para análise.*

## **Capítulo III.**

### **DESPESAS INDENIZÁVEIS**

### **Art. 5º.**

*Serão ressarcidas as despesas realizadas exclusivamente nas seguintes situações:*

#### **I.**

*abastecimento de veículo utilizado para o exercício da função parlamentar, devidamente cadastrado junto à comissão de avaliação;*

#### **II.**

*serviços de reprografia, digitalização e impressão de documentos;*

#### **III.**

*divulgação do mandato parlamentar em mídias diversas, exceto nos 180 dias anteriores às eleições municipais.*

#### **IV.**

*despesas com ligações pelo uso de telefonia móvel, cujo aparelho seja de propriedade do vereador, devidamente cadastrado junto a comissão de avaliação, não podendo ter pacotes incluídos nas despesas;*

#### **V.**

*despesas com passagens aéreas destinadas exclusivamente para o exercício do mandato em deslocamento para Brasília — DF.*

*Despesas com combustível deverão conter informações como placa do veículo, quilometragem e nome do motorista, limitadas a 70% do valor mensal da verba, salvo justificativa excepcional.*

*Não serão ressarcidas despesas com aquisição de bens permanentes, alimentos, propaganda eleitoral ou atos político-partidários.*

*Fica vedado o ressarcimento de despesas que caracterizar promoção pessoal do parlamentar.*

*A despesa com passagens aéreas deverão ser comprovadas mediante apresentação de bilhete eletrônico (e-ticket), nota fiscal ou documento fiscal equivalente, emitido em nome do parlamentar, acompanhado de justificativa e finalidade da viagem.*

*As despesas realizadas em desacordo com o disposto nesta resolução serão glosadas pela Comissão de Cotas e Controle de Verbas Parlamentares.*

### **Capítulo IV.**

#### **ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO**

#### **Art. 6º.**

*A Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares será composta por 3 (três) membros nomeados pela Mesa Diretora e terá as seguintes atribuições: - verificar a regularidade da documentação apresentada; - emitir parecer sobre os pedidos de ressarcimento;*

## **Capítulo V.**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Art. 7º.**

*A documentação apresentada para ressarcimento deverá ser: - livre de rasuras ou emendas; - datada e detalhada, discriminando o serviço prestado ou material adquirido. II — no caso dos incisos II e III do art. 5º, deverá acompanhar a documentação um exemplar do trabalho ou evento realizado, quando tratar de divulgação dos trabalhos do parlamentar. IV- na hipótese de os documentos comprobatórios de despesas não reunirem condições de serem considerados aptos a ensejar o ressarcimento nos termos desta Resolução, serão devolvidos pela Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares aos respectivos requerentes, para as devidas correções e substituições, quando estes forem possíveis.*

#### **Art. 8º.**

*A Comissão terá 3 (três) dias úteis para emitir relatório de liberação ou devolver os documentos para correção, quando necessário.*

*Caso a Comissão de Controles de Verbas e Cotas Parlamentares, aponte inconsistências ou irregularidades na solicitação de reembolso, o parlamentar deverá ser notificado para prestar os esclarecimentos que entender necessário ou complementar a prestação de contas no prazo de 3 (três) dias.*

*Findo o prazo estabelecido no 81º com ou sem manifestação do Parlamentar, a Comissão de Controles de Verbas e Cotas Parlamentares emitirá Parecer Final pela aprovação, aprovação parcial, ou rejeição do pedido de reembolso.*

#### **Art. 9º.**

*Esta resolução entrará em vigor a partir da data de 20/09/2025, revogando a Resolução nº094/2022 e demais disposições contrárias.*

*Registra-se e Publica-se*

*LUIZ EDUARDO DOS SANTOS*

*Presidente MARCINHO SOUZA*

*1º Secretário*

---

*Resolução Nº 137/2025 - 09 de setembro de 2025*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*